

ATA Nº 239

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se de forma ordinária, nas dependências do PLASS, os membros do Conselho de Administração do Impres: Juliana Kusnier, Rafael Martini Veiga, Sulany de Fatima Bortolosso Welter, Rubia Karen Provensi, Fabiano Grando Poletto, Nivia Moreira Baretto, Tailise Cristina Kopp, Andre Sauer e Valdirene Dorini. A reunião teve início com a aprovação das atas número 236, 237 e 238. Dando continuidade, foi informado que o Prefeito Municipal retirou o Projeto de Lei Complementar de reforma da previdência que estava em apreciação do Poder Legislativo. A intenção do executivo é enviar novamente até o final de novembro de dois mil e vinte. A presidente repassou a informação para o presidente do Sindicato e para o representante dos servidores (Alceu Sebastião de Lima) solicitando que as sugestões fossem encaminhadas para o Conselho no prazo de trinta dias. Até a presente data, nenhuma sugestão foi repassada para análise do Conselho. Em relação a inclusão de mais uma regra de transição para os servidores que possuem vinte e oito anos de contribuição se mulher e trinta e três se homem, a mesma está pronta, bem como, foi realizado um levantamento de quantos servidores aproximadamente serão beneficiados pela regra. Nessa regra não terá idade mínima, mas o servidor deverá cumprir um pedágio de 50% do tempo que falta para aposentadoria na data de vigência do projeto e incidirá o fator previdenciário. O próximo assunto foi um pedido de informação feito pela vereadora Disnéia de Marco. Foram solicitadas informações sobre os servidores ativos e inativos e sobre a empresa responsável pelo cálculo atuarial. A resposta foi encaminhada no dia treze de outubro. Em relação ao caso da senhora Ieda Ferreira da Silva, o Banco do Brasil efetuou a devolução de dezenove mil e oitenta e seis reais. O valor encontra-se aplicado nas contas do Impres. Foi informado que existiam mais dois servidores sem realizar a prova de vida a mais de dois anos, porém foram localizados. Como forma de evitar que essas situações voltem a ocorrer, o Conselho decidiu elaborar uma Resolução para que todos os aposentados realizem a prova de vida no mês do aniversário, se isso não ocorrer, o pagamento deverá ser suspenso até a regularização. Para os aposentados que não residem na região de Joaçaba, a prova de vida deverá ser através de registro em cartório. O Conselho Fiscal enviou o Ofício 002/2020 informando que houve um equívoco na ata número 105 e que a senhora Eliane Aparecida Ceron Vier se absteve de votar na aprovação dos balancetes financeiros de abril, maio e junho, período onde a mesma era a diretora. Informou ainda que aprovou os balancetes de julho e agosto. Decisão referendada pelos conselheiros por unanimidade. Foram apresentadas as aposentadorias do período: Eliane de Souza Buttner e Giane Maria Marquezze Lecher. O diretor financeiro Johnny George Oliveira de Carvalho participou do encontro para falar da Política de Investimentos que deverá ser aprovada até o dia trinta e um de dezembro. O documento será encaminhado no email dos conselheiros para aprovação na reunião de

dezembro. Aproveitando a oportunidade o diretor financeiro informou que a meta atuarial para o exercício de dois mil e vinte não será alcançada devido a pandemia do coronavírus. A previsão do mercado financeiro é de melhorias a partir do segundo semestre de dois mil e vinte um. Em relação a elaboração dos cálculos atuarial, foi informado que estão sendo providenciadas as informações para a Caixa Econômica Federal, contratada pela primeira vez. A empresa Lumens Atuarial já está elaborando uma prévia do cálculo. A reunião contou ainda com a presença do diretor de previdência e atuária Tiago Dupont Giumbeli. O primeiro assunto repassado pelo diretor está relacionado ao processo administrativo que apura eventual descumprimento das regras de aposentadoria do servidor E.B. Após as mudanças na Diretoria Executiva o processo foi encaminhado para as comissões permanentes da prefeitura municipal, porem as três comissões se declararam impedidas de concluir o processo. Dessa forma, a prefeitura municipal devolveu o processo para o Instituto e uma nova comissão será constituída com integrantes da diretoria executiva e do comitê de investimentos. O próximo assunto está relacionado aos processos de aposentadoria encaminhados para o Tribunal de Contas de Santa Catarina. Atualmente o Instituto possui cinquenta e quatro processos de aposentadoria em análise no Tribunal de Contas. A Diretora Presidente Ivone Zanata fez contato para verificar a demora na análise dos processos, já que desde dois mil e dezoito não ocorreu o retorno dos mesmos. A partir disso, o Tribunal analisou doze processos, dos quais nove foram devolvidos para o Impres. Desses, seis apresentaram problemas pontuais e já foram solucionados, porem três possuem problemas mais graves. O primeiro referente a servidora A.O.H. que está recebendo um valor maior ao último salário, devendo ocorrer a redução salarial. O segundo do senhor D.D. que ficou em licença sem vencimento por um período e está recebendo um triênio a mais, também deverá ocorrer a redução no valor da aposentadoria. O terceiro caso envolve a senhora D.M.B.A. que também ficou um período em licença sem vencimento e além de estar recebendo um triênio a mais, faltou cinco meses de contribuição. Nesse caso, existem duas possibilidades de regularização, ou a servidora retorna ao trabalho ou paga o valor referente a contribuição do período. Os três servidores foram notificados pelo Instituto e deverão regularizar sua situação até o final de novembro. Não havendo outros assuntos a serem discutidos, a reunião foi encerrada e eu, Rafael Martini Veiga, redigi a presente ata.